

NORMAS GERAIS PARA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIOI - OBJETIVOS:

(LDB Art. 25)

Desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança e a sua integração no meio físico e social.

II - SERIAÇÃO:

(LDB Art. 26)

4 séries anuais, no mínimo.

Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

III - OBRIGATORIEDADE:

(LDB Art. 27)

É obrigatório a partir dos sete anos.

Só será ministrado na língua nacional.

Para os que iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

NORMAS GERAIS PARA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIOI - CURSOS:

(LDB* Art. 34)

- Secundário
- Técnicos
- De formação de professores para o ensino primário e pré-primário.
- Outros cursos não especificados

II - CICLOS E SERIAÇÃO:

(LDB Art. 34)

1º Ciclo: Ginásial - 4 séries

2º Ciclo: Colegial - 3 séries, no mínimo.

* LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 4024 de 20.12.1961.

III - DURAÇÃO MÍNIMA DO PERÍODO ESCOLAR

(LDB Art. 33)

- a. 180 dias de trabalho escolar efetivo, não incluído o tempo reservado a provas e exames;
- b. 24 horas semanais de aulas para o ensino de disciplinas e práticas educativas.

IV - CONDIÇÕES DE ADMISSÃO:

(LDB Art. 36)

1º Ciclo

- a. Aprovação em exame de admissão;
- b. Idade: 11 anos completos ou a completar no correr do ano letivo;
- c. A conclusão da 6ª série primária faculto ingresso na 2ª série do 1º ciclo, mediante exame das disciplinas obrigatórias da 1ª série.

2º Ciclo

(LDB Art. 37)

Conclusão do ciclo ginásial ou equivalente.

NORMAS PARA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO DE ENSINO MÉDIO

(LDB Art. 35)

Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas , obrigatórias e optativas.

Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio, no que se refere às matérias obrigatórias.

(Indicação n. 1 do Conselho Federal de Educação)

O Conselho Federal de Educação estabeleceu as seguintes disciplinas obrigatórias para o currículo do ensino médio:

Português (7 séries)
 História (6 séries)
 Geografia (5 séries)
 Matemática (6 séries)
 Ciências (sob a forma de indicação à ciência - 2 séries,
 sob a forma de ciências físicas e biológicas - 4 séries);

NORMAS ESPECÍFICAS PARA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

I - CURSOS:

(LDB Art. 47)

- Industrial
- Agrícola
- Comercial

(LDB Art. 50) Os estabelecimentos de ensino industrial poderão manter, além dos cursos referidos, cursos de aprendizagem, básicos ou técnicos, bem como cursos de artesanato e de mestria.

(LDB Art. 51) Aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho: as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

II - CICLOS e SERIAÇÃO :

(LDB Art. 49)

- 1º Ciclo: Ginásial - 4 anos
 2º Ciclo: Colegial - 3 anos, no mínimo
 Curso pré-técnico - 1 ano: Poderá funcionar entre o primeiro e o segundo ciclos.

(LDB Art. 51) Cursos de aprendizagem industrial e comercial : 1 a 3 séries anuais de estudo (organizados pelas empresas industriais e comerciais).

III - ADMISSÃO:

(LDB Art. 51) Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido.

NORMAS PARA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO TÉCNICO

(LDB Art. 49)

1º Ciclo:

As duas últimas séries incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa.

2º Ciclo:

Incluirá, além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa. As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.

Curso pré-técnico

Serão ministradas as cinco disciplinas do curso colegial secundário.

Curso pré-técnico no segundo ciclo industrial

Poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

NORMAS ESPECÍFICAS PARA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

(LDB Art. 44) O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

I - CICLOS

Ciclo ginásial: 4 séries anuais

Ciclo colegial: 3, no mínimo

NORMAS PARA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO

(LDB Art. 44) Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Ciclo ginásial:

Além das práticas educativas não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

Ciclo colegial:

Nas duas primeiras séries, além das práticas educativas serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.

A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, conforme a Indicação n. 1 do Conselho Federal de Educação, já mencionada, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e compreenderá, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários.

NORMAS GERAIS PARA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO
PARA O ENSINO PRIMÁRIO

(LDB-
(Arts. 53, 54 e 55)

- 1 - Escola Normal de grau ginásial:
 - Duração: 4 séries anuais, no mínimo
 - Currículo: Disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial e preparação pedagógica.
- 2 - Escola Normal de grau colegial:
 - Duração: 3 séries anuais, no mínimo.
- 3 - Institutos de Educação:

Além dos cursos de grau médio dos itens a e b ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial.
- 4 - Diplomas:
 - Escolas normais de grau ginásial expedirão diploma de regente de ensino primário.

- Escolas normais de grau colegial expedirão o diploma de professor primário.

NORMAS GERAIS PARA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

I - OBJETIVOS:

(DDB Art. 66)

Pesquisa, desenvolvimento das ciências, letras e artes e formação de profissionais de nível universitário.

II - CURSOS:

(LDB Art. 69)

- a. De graduação
- b. De pós-graduação
- c. De especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino.

III - DURAÇÃO DOS CURSOS:

(LDB Art. 70)

- a. A duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal será fixada pelo Conselho Federal de Educação.

(LDB Art. 72) - Do período letivo:

- b. 180 dias de trabalho escolar efetivo, no mínimo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames.

IV - CONDIÇÕES DE ADMISSÃO:

(LDB Art. 69)

- a. Nos cursos de graduação: conclusão do ciclo colegial ou equivalente, e classificação em concurso de habilitação;
- b. Nos cursos de pós-graduação: diploma de conclusão do curso de graduação;
- c. Nos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão: a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

V - DIPLOMA E RESPECTIVO REGISTRO:

(LDB Art. 68)

Os diplomas expedidos pelas universidades ou pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais ou reconhecidos serão válidos em todo o território nacional.

Os diplomas que conferem privilégio para o exercício de profissões liberais ou para a admissão a cargos públicos, ficam sujeitos a registro do Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir a prestação de exames e provas de estágio perante os órgãos de fiscalização e disciplina das profissões respectivas.

VI - CURRÍCULO MÍNIMO:

(LDB Art. 70)

O currículo mínimo dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal será fixado pelo Conselho Federal de Educação.

VII - PROGRAMA DAS DISCIPLINAS:

(LDB Art. 71)

O programa de cada disciplina, sob forma de plano de ensino, será organizado pelo respectivo professor, e aprovado pela congregação do estabelecimento.

**NORMAS GERAIS PARA TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS DE ESCOLAS DE PAÍSES ESTRAN-
GEIRO.**

(LDB Art. 100)

Será permitida a transferência de alunos, feitas as necessárias adaptações de acordo com o que dispuserem: em relação ao ensino médio, os diversos sistemas de ensino, e em relação ao ensino superior, os conselhos universitários, ou o Conselho Federal de Educação, quando se tratar de universidade ou de estabelecimento de ensino superior federal ou particular, ou ainda, os Conselhos Universitários ou o Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de universidade ou de estabelecimento de ensino estaduais.

(LDB Art. 103)

Os diplomas e certificados estrangeiros dependerão de revalidação, salvo convênios culturais celebrados com países estrangeiros.

(Parecer n. 274/64, C.E.P. e M., aprov. em 8.10.1964 - Conselho Federal de Educação) - NORMAS APRESENTADAS PELA CÂMARA DE ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PARA DISCIPLINAR O PROBLEMA DA EQUIVALÊNCIA DE CURSOS:

- I - Em nível primário: São equivalentes os estudos elementares, feitos ao menos durante quatro anos em escolas dêste grau, ressalvada a faculdade das escolas médias de apurar, como julgarem melhor, o grau de maturidade do aluno.
- II - Em nível médio : Dentro dos princípios gerais lembrados acima, em cada curso que pleiteia equivalência, é mister examinar o grau em que nele se cumprem os artigos 35, 38 e 39 da LDB, que devem ser considerados como normas orientadoras para qualquer curso de nível médio.
1. O 1º ciclo, com um mínimo de sete disciplinas, incluirá / as cinco obrigatórias indicadas por êste Conselho: Português, Geografia, História, Matemática e Iniciação à Ciência. Os cursos de 2º ciclo, com um mínimo de seis disciplinas, devem incluir, além de Português, ao menos uma das obrigatórias supra-mencionadas. As horas semanais de trabalho escolar e a dosagem das disciplinas básicas devem corresponder, de maneira aproximada, ao que se exige dos cursos regulados na lei. No caso de cursos feitos em escolas ou países estrangeiros se exigirá sempre exame de Português em nível correspondente, caso não conste dos documentos como devidamente estudado.
 2. A LDB estabelece, como norma, quatro anos para o 1º ciclo e três para o 2º como duração mínima. Esta duração subentende a atividade escolar de 24 horas semanais. Todavia o princípio de contagem de tempo não deve ter valor absoluto sob todos os aspectos, visto como certas disciplinas podem ser dadas em regime intensivo, como o admite a lei.
 3. Respeitadas as exigências acima estabelecidas para os currículos, pode-se admitir como equivalente a todo o curso médio, um curso de seis anos letivos após o primário, quando feito em regime de tempo integral ou de internato.

(Parecer 206-A/63 do Conselho Federal de Educação)

.....

A transferência de alunos procedentes de cursos estrangeiros de ensino médio será feita para a série adequada, mediante adaptação, feita no próprio estabelecimento, das disciplinas não estudadas anteriormente e compreendidas:

- a. entre as obrigatórias indicadas pelo Conselho Federal de Educação;
- b. entre as disciplinas específicas do ensino técnico correspondente, quando fôr o caso.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO

a) Localização

Deverá ser planejada após estudo que comprove sua racionalidade relativamente aos objetivos que se tem em mira.

De um lado, não será interessante escolher locais de poucos recursos culturais e materiais, pela dificuldade de conseguir corpo docente à altura e de obter classes de demonstração e prática; de outro, não é conveniente afastar os alunos de suas localidades por longo tempo, levando-os a se habituarem a novas e melhores condições de vida e a desejarem abandonar seus locais de origem.

Sugerimos sejam aproveitados os Centros de Treinamento do Magistério já existentes, criando-se nêles condições para a completa execução do plano que será aí desenvolvido, bem como as Escolas Normais oficiais que apresentem as condições indispensáveis. Os locais dos novos Centros devem permitir facilidade de transporte para as regiões carentes de professôres e apresentar condições médias de vida.

b) Duração do curso de preparação

Em vez dos períodos letivos de três anos de curso profissional adotados nas Escolas Normais, geralmente com 4 horas diárias de trabalho, os Centros proporcionarão um ano de preparação intensiva (7 a 8 horas de trabalho) e um de prática supervisionada, com o professor-aluno já em exercício. Via de regra, o curso normal se compõe de três séries de vinte a vinte e cinco horas de aulas semanais durante três anos. Tal prática permitirá sua redução a dois anos com sete horas diárias de trabalho. O 2º ano, de prática supervisionada, compreenderá tempo para trabalho, estudo dirigido, seminários, entrevistas, reuniões de orientação etc. O aluno, depois de um ano de preparação básica, será mais um professor a diminuir o deficit de mestres. Preparou-se sabendo que uma classe determinada estaria à sua espera. Nesse ano de prática, orientado por um supervisor radicado, como êle, no município, terá plena e inteira responsabilidade em sua tarefa, iniciando-se no treinamento do complexo manejo de uma classe e já desenvolvendo atitude adequada ao magistério.

c) Admissão ao curso

Recrutar-se-ão, de preferência, jovens com curso médio completo ou, na falta dêste, com 1º ciclo. Dos candidatos será exigida a idade mínima de 18 anos; virão daquelas que os estudos e planejamento realizados revelarem apresentar classes carentes de professôres e onde passarão seu 2º ano de treinamento.

Será importante conhecer as qualidades pessoais dos candidatos, seu interesse pela infância e pelo magistério, sua capacidade de lidar com crianças e seu domínio do programa do ensino primário. Um programa de estímulo à escolha da profissão, por meio de reuniões e visitas às escolas de nível mais alto da comunidade para debates e entrevistas com os melhores alunos que se formam, é importante como recurso para recrutamento de pessoal do local onde irá servir.

No caso de o candidato não ter podido fazer cursos regulares, ser-lhe-á permitido prestar exames que comprovem educação equivalente, dando-se oportunidades a quantos demonstrarem interesse em ingressar no magistério e revelem capacidade para tal. Esses estudos poderiam ser orientados mediante bibliografias, seminários e cursos de férias. Isso, evidentemente, para os locais de comprovada carência no tocante a professores diplomados.

d) Currículos e programas

A preparação de professores será essencialmente prática, abrangendo especialmente a cultura geral ligada aos programas do curso primário; o estudo dos objetivos da educação primária; das condições e necessidades da comunidade a que a escola irá servir; das características da criança e seus interesses; das diferenças individuais e maneiras de atendê-las; dos principais métodos e recursos de ensino; do planejamento do trabalho; do manejo de classe e da medida do rendimento escolar.

A prática - em seu sentido amplo - será a dominante absoluta. Da realidade virão os problemas a serem estudados; as falhas verificadas no trabalho dos ex-alunos e dos professores em geral constituirão elementos essenciais a serem considerados no planejamento das atividades; os métodos aconselhados para uso na escola primária serão praticados como recursos de trabalho. Isso não apenas na prática docente da escola primária, mas também nas atividades de formação em geral, isto é, nas aulas das várias disciplinas. Assim, deverão os professorandos utilizar recursos audiovisuais etc.

Como se proporem os Centros dar essa formação básica?

Em primeiro lugar, por um perfeito entrosamento entre os professores. Esse entrosamento se fará pelo preparo de planos conjuntos de trabalho, que envolvam os programas e a cronologia de seu desenvolvimento, em termos flexíveis, e será obtido pela dedicação exclusiva dos professores a esse projeto.

Os problemas de Filosofia da Educação, Sociologia Educacional e Psicologia, nos Centros menores, poderão ser tratados por um mesmo professor, com grandes vantagens. Nos Centros maiores, os profes

sôres dessas matérias deverão guardar perfeita harmonia, a fim de que os professorandos percebam mais facilmente a interrelação dos princípios estudados e sua aplicação. O ensino em tórno de problemas (Por ex. Quais os objetivos e o currículo adequado para o ensino primário?) será a dominante.

Os professôres de matérias da escola primária (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências) devem, em rigor, ser professôres de Prática, ter segurança na aplicação dos recursos que aconselham e entender suficientemente as demais disciplinas para levarem os professorandos à realização do ensino globalizado.

Nos Centros menores, poderão êsses professôres encarregar-se de superintender a prática de um dos grupos de alunos. Será importante que acompanhem posteriormente o trabalho dos seus próprios alunos quando estiverem fazendo a prática, ainda no primeiro ano, para verificar como comportam na regência de classe. Convém, ainda, que, por intermédio de auxiliares da Prática de Ensino, mantenham contrôle do trabalho por êles desenvolvido no segundo ano (prática supervisionada no local de onde vieram) para confrontar sua eficiência no exercício do magistério com a avaliação feita no ano de estudos. Isto é indispensável para o progresso de seu trabalho.

Aos estudos, no 1º ano, somar-se-ão observações na escola primária. Nessas observações procurar-se-á levar os alunos a perceberem os problemas que podem ocorrer, e desejarem preparar-se para resolvê-los, além de dar-lhes conteúdo real para interpretação do que fôr discutido e suscitar-lhes problemas e indagações. Serão êles agregados a classes, onde exercerão atividades de responsabilidade e duração crescentes.

Após êsse ano de estudo, os alunos receberão uma classe para regência e serão supervisionados durante um ano de trabalho, enfrentando a realidade docente com a assistência de um supervisor ou auxiliar de Prática de Ensino ligado ao Centro, apto a conhecer as dificuldades do professor a seu cargo e capaz de com êle discutir os problemas surgidos na sala de aula, orientando-o em estudos complementares que se fizerem necessários em cada caso e auxiliando-o no estudo de possíveis soluções, bem como no emprêgo dos meios que as mesmas exigem.

Esse apoio ao jovem professor, quando assume a responsabilidade total do trabalho e usa, pela primeira vez, sob sua exclusiva responsabilidade, na complexa situação real, os conhecimentos adquiridos, é essencial para dar-lhe segurança ao tentar aplicar a pedagogia moderna, para que não recaia nos métodos do início do século, por falta de orientação ou encorajamento.

Nesse ano, o supervisor ou auxiliar de Prática fará a ob

servação do professor em exercício, trazendo ao Centro o resultado dessas observações para a posterior reestruturação do currículo e dos programas do ano de preparação pedagógica, naqueles pontos que fôr necessário alterar.

O Centro de Treinamento do Magistério, por funcionar em regime de internato, permitirá ação mais longa e mais firme do corpo docente sobre os alunos, em especial na formação de atitudes e de uma verdadeira mentalidade profissional, difíceis de desenvolver em escola externa de tempo parcial. Esta será facilitada pelo fato de que os alunos do Centro terão como objetivo somente a profissão - uma perspectiva de emprego junto a suas famílias - e estarão em contato com colegas que se encontram na mesma situação.

FACILIDADES DE PRÉDIOS

Na execução desse plano, os Centros de Treinamento do Magistério deverão contar com salas para seminários, salas de estudo e de trabalho (estas para preparo de material didático, para Artes Industriais, etc.), salas para exposição de material e gabinetes onde os professores possam ler, receber alunos, preparar planos e realizar reuniões.

É também essencial uma rede de grupos escolares com classes de demonstração, uma para cada 1 ou 2 professorandos. Três Escolas de Demonstração, com 18 salas cada, permitirão o preparo de 100 a 200 professores.

Nos centros mais adiantados e industrializados, será de grande interesse contarem as Escolas de Demonstração dos Centros de Treinamento do Magistério com pavilhões de Artes Industriais, atividades socializantes, recreação e biblioteca, que as crianças frequentarão no turno livre e onde os professorandos farão observações e prática (um conjunto de pavilhões servirá a três ou quatro escolas primárias).

Os diretores selecionados para as Escolas de Demonstração serão orientados pelos Centros.

Um prédio para alojamento dos professorandos não residentes no local será necessário; inicialmente, em situação de emergência, poder-se-á alojá-los em casas de famílias da localidade, o que prejudicará, no entanto, a necessária atuação educativa.

Os Centros poderão receber, nas férias, leigos capazes de realizar uma preparação de bom nível, ou futuros professores, para exame e realização de uma primeira etapa de preparação, antes de serem admitidos em caráter precário para lecionar.

PREPARO DOS PROFESSÔRES PARA OS CENTROS DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO

Os professôres de matérias do ensino primário dos Centros de Treinamento do Magistério deverão ter experiência de ensino primário, com eficiência, em pelo menos três níveis (1º ano, 2º ou 3º, e 4º, 5º ou 6º) e especialização num setor de ensino (da Linguagem, por exemplo), tendo, também, feito estudos sobre o restante currículo do Centro. Deverão, além disso, estar devidamente integrados no espírito e nas finalidades da instituição.

Os professôres de Prática deverão ter boa experiência de ensino primário (cinco anos pelo menos) em turmas dos vários níveis e tipos. Encarregar-se-ão de problemas tais como: métodos e recursos gerais de ensino, preparo dos alunos para trabalho independente, estudo dirigido (ou orientado), trabalho em grupos diversificados para atender às diferentes capacidades das crianças, trabalho em equipe, manejo de classe, disciplina etc., planejamento de estágios e orientação de grupos de professorandos.

Serão êles - os professôres de Prática e Metodologia - auxiliados pelos professôres das classes em que se fará a prática, os quais atuarão decisivamente na formação prática do aluno.

Êsses últimos professôres deverão ser selecionados por sua capacidade docente, por suas qualidades humanas e por seu preparo profissional, estarão estreitamente ligados aos Centros e realizarão cursos de aperfeiçoamento e reuniões freqüentes com as Seções de Prática dos mesmos.

Para a constituição do corpo docente dos Centros de Treinamento do Magistério serão recrutados professôres que se tenham destacado, por seu aproveitamento, em cursos realizados pelo Ministério da Educação, a cargo do INEP, no país ou no estrangeiro, ou em cursos similares. Contar-se-á, ainda, com a cooperação da DAP (Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, M.G. (INEP), que se encarregará da formação dos professôres de Fundamentos da Educação, Psicologia, Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências na Escola Primária.

Deverá ser também efetuado em tempo o recrutamento de professôres para se aperfeiçoarem em Jogos e Recreação, Artes Plásticas e Industriais e Ensino de Música na Escola Primária, quando não houver elementos já preparados nesses setores, no Estado, para atender aos novos programas.

Será preciso que haja rigor absoluto na escolha de elementos para os Centros, preferentemente nos próprios locais em que estão instalados; quando isso não ocorrer, devem os candidatos assumir o compromisso de aí trabalharem, pelo menos dez anos, sob pena de voltarem às suas classes primárias ou de devolverem o capital nêles empregado.

PREPARO DOS SUPERVISORES OU AUXILIARES DE PRÁTICA DE ENSINO

Prêviamente à sua constituição ou o mais tardar no seu primeiro ano de funcionamento, o Centro de Treinamento do Magistério deve preocupar-se com a seleção dos elementos que se encarregarão de supervisionar a prática no 2º ano do curso, e que deverão integrar-se no espírito da instituição.

Êsses elementos poderão ser selecionados entre os professores que já fizeram cursos de aperfeiçoamento do INEP, ou cursos de orientação pedagógica semelhantes, e que venham demonstrando interesse e capacidade de trabalho no setor da renovação pedagógica da escola primária. As regiões que carecem desses elementos selecionarão bons professores primários que queiram dedicar-se à tarefa junto aos Centros de Treinamento do Magistério e seu aperfeiçoamento far-se-á em cursos nos próprios Centros de Treinamento ou em centros maiores destinados a êsse fim.

Cada supervisor será responsável pelo trabalho de, no máximo, seis professores (dependendo da localização das escolas onde tais professores irão atuar), a fim de que haja liberação de parte do seu tempo para atividades relacionadas à seleção e preparação de novos candidatos aos CTM.

OUTRAS ATRIBUIÇÕES DOS CENTROS DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO

a) Recuperação de professores e diretores de Escolas Normais

Nos CTM poder-se-á realizar também a recuperação de professores de Escolas Normais, ministrando-se cursos de Prática de Ensino, Fundamentos da Educação, Psicologia e Didática das matérias do curso primário, nos períodos de férias.

Os professores das Escolas Normais Oficiais que não participem desses cursos, ou dos cursos da Escola Normal Superior, dentro de um certo prazo, podem ser submetidos a um programa de estudo individual sistematizado, orientado pelas equipes dos CTM e seguido de provas, para que as Escolas Normais adquiram o nível a ser obtido pelos CTM.

As Escolas Normais particulares deverão ser atingidas, de igual modo, por êste plano de aperfeiçoamento, sugerindo-se que, inicialmente, nas escolas incluídas nos planos dos Estados, certas disciplinas profissionais básicas sejam entregues a professores públicos com as necessárias qualificações, os quais funcionarão como orientadores do ensino normal particular.

b) Aperfeiçoamento de diretores de Escolas Primárias de Demonstração e Prática

Os CTM necessitarão de uma vasta rede de escolas primárias para o trabalho de Prática de Ensino de seus alunos. Essas escolas devem estar bem entrosadas com o espírito de trabalho a ser desenvolvido e a peça-mestra para este entrosamento é o diretor da escola, que deverá realizar um curso de aperfeiçoamento e ser admitido apenas se obtiver o padrão de preparo necessário e possuir qualidades pessoais para um trabalho dessa natureza.

PLANEJAMENTO BÁSICO DOS CTM

Como calcular o número necessário de Centros de Treinamento do Magistério e de professores a formar por esse novo tipo de estabelecimento?

Considerando que o ensino particular é livre e seus diplomados poderão sempre lecionar no sistema de ensino particular e participar dos concursos para ingresso no magistério público onde estes existam (1) parece-nos que o cálculo deva ser feito considerando a deficiência de professores formados no ensino público para cada região ou município, em relação ao total de professores necessários. Nos Estados em que o ensino particular, nos concursos realizados, se venha revelando eficiente e as Escolas particulares aceitem o regime de distribuição planejada de vagas por região e de aperfeiçoamento dos seus professores, poder-se-á incluir no cálculo escolas particulares que venham servindo a essas regiões.

O plano da organização de um CTM não envolve apenas construção de prédios, mas também previsão de todo o pessoal necessário a ser preparado: professores do CTM e supervisores com um ano de antecedência; os diretores e professores para as Escolas de Demonstração, quando não ocorrerem as mesmas condições de previsão e preparo, farão cursos de férias (3 meses, no mínimo), prosseguindo a sua preparação no ano seguinte. Trata-se de amplo programa de seleção e preparo de pessoal, cujas dificuldades não podem ser subestimadas.

Sem esse pessoal capacitado, os CTM serão apenas novos nomes para tentativas fadadas ao fracasso e que o Governo Federal não deverá auxiliar.

RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DO PLANO

O orçamento do MEC inclui verbas para a construção dos CTM, bem como para a preparação de professores de Escolas Normais, professores para os CTM, supervisores e outros tipos de professores necessários. Será preciso, porém, que o MEC conheça com antecedência os planos dos Estados, a fim de apoiá-los com seus recursos.

(1) Deverá o concurso ser restrito aos locais onde há excesso de diplomados.

COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS AUDIOVISUAIS DO INEP

I - Objetivos:

- 1 - Coordenar as atividades dos serviços audiovisuais do INEP nas unidades federadas, visando ao maior rendimento de trabalho pelo mais adequado aproveitamento dos recursos humanos, técnicos e materiais existentes e mediante o desenvolvimento de bem conduzido esforço de cooperação solidária.
- 2 - Prestar assistência aos serviços audiovisuais no que diz respeito a:
 - . planos e programas;
 - . orientação de trabalho;
 - . equipamento e materiais de produção;
 - . métodos e técnicas audiovisuais.
- 3 - Estudar e dar parecer a respeito dos planos e projetos de cursos apresentados pelos serviços audiovisuais, objetivando a sistematizar os programas de treinamento e atender às necessidades reais de especialistas em recursos audiovisuais para a educação no país;
- 4 - Opinar sobre propostas que venham a ser encaminhadas ao INEP para aquisição e recuperação de equipamento, ampliação de instalações e admissão de pessoal.
- 5 - Apresentar, em cada exercício, detalhamento do orçamento-programa global previsto, considerando as atividades de cada um dos serviços audiovisuais.
- 6 - Avaliar materiais audiovisuais existentes, produzidos por entidades públicas ou privadas, estudando a possibilidade de sua obtenção, aquisição, reprodução e distribuição.

- 7 - Ensaiar e incentivar a produção de modelos de recursos audiovisuais com a utilização da matéria prima disponível nas diferentes regiões brasileiras;
- 8 - Assessorar os setores do INEP que o solicitarem, nos problemas de comunicação audiovisual;
- 9 - Promover o intercâmbio dos serviços, entre si, bem como com entidades congêneres, nacionais e internacionais.

II - PESSOAL:

Para execução das atividades a seu cargo contará a Coordenação dos Serviços de Recursos Audiovisuais com o seguinte pessoal:

- 1 COORDENADOR;
- 2 ASSISTENTES;
- 1 DESENHISTA;
- 1 AUXILIAR DE ESCRITÓRIO;

ANALYSIS UNIT, SED
10.5.1962

BIBLIOGRAPHY ON THE ECONOMICS OF EDUCATION

1. THE MEASUREMENT OF RETURNS IN EDUCATION and EDUCATION AND ECONOMIC GROWTH

- AUKRUST, Odd. - Investment and Economic Growth in Productivity Measurement Review, nº 16. Paris, O.E.C.D. 1959. pp.35-50
- AUKRUST, Odd and BJERKE, Juul. - Real Capital and Economic Growth in Norway, 1900-1956 in The Measurement of National Wealth, - Goldsmith R. and Saunders Ch. (eds). - Cambridge, Bowes & Bowes, 1959. pp.80-110 (Income and Wealth, Series VIII).-
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENT. - Current Annual Report, 1960
- BECKER, Gary S. Underinvestment in College Education in The American Economic Review, Vol.L/2, May 1960, pp. 346-354
- BOWYER, Vernon. Measuring the Economic Value of Education to the State. - Washington, American Educational Research Association, 1948. pp. 170-178
- CLARK, H.F. - The Return of Educational Investment in The Yearbook of Educational Economics and Economics, King Hall R. and Lauwerys, J.A. (eds).- London, Evans Bros, 1956. pp.495-506
- CLARK, H.F. and SOBKOV, R.E. - How much can the People of the United States afford to spend on Education? - New-York, Columbia University, Teachers College, 1958 (processed)
- DEBEAUVAIS, Michel and VAIZEY, John. - Some Economic Aspects of Educational Development in Europe. - Paris, International University Bureau, 1961. VIII+144 p.
- FABRICANT, Solomon. - Basic Facts on Productivity Change. - New-York, National Bureau of Economic Research, 1959. 49 p. (Occasional Paper nº 63)
- FRIEDMAN, Milton - The Role of Government in Education in Economics and the Public Interest, R.A. Solo, (ed.) - New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1955. pp.123-144

- GINZBERG, E. - Human Resources. The Wealth of a Nation. - New-York, Simon & Schuster, 1958. 183 p.
- GLICK, P.C. and MILLER, H.P. - Educational Level and Potential Income, in The American Sociological Review, Vol. XXI/3, June 1956. pp.307-312
- GOLDMITH, Raymond and SAUNDERS, Christopher, (Eds.). - The Measurement of National Wealth. - London, Bowes, & Bowes, 1959, XIV+398 p. (Income and Wealth, Series VIII). -
- HARRIS, Seymour E. - Education as a Demand on Resources Competing with other activities in The Year Book of Education: Education and Economics, King Hall, R. - London, Evans Bros. and Lauwerys, J.A. (Eds.).1956. pp. 213-228
- HANSEN W. Lee - Shortages and Investment in Professional Training. - Los Angeles, University of California, Economic Department, 1961. (processed)
- HICKS, J.R. - The Social Framework. An Introduction to Economics. - London, Oxford University Press, 1960. (3rd.Ed) 272p.
- KRAT, P.G. - Long-Run changes in Occupational Wage Structure, 1900-1956 in Journal of Political Economy, Vol. 68, Dec. 1960
- KING HALL, R. and LAUWERYS, J.E. - Consumer Education. New-York, MacMillan, 1960. (3rd. Ed.)
- MASSELL, Benton F. - Capital Formation and Technological Change in the United States Manufacturing in The Review of Economics and Statistics, Vol. XLII/2, May 1960. pp.182-188
- MILLER, Herman P. - Annual and Lifetime Income in Relation to Education, 1939-1959 in The American Economic Review, Vol.L/5, Dec. 1960 pp.964-986
- MINCER, James. - Investment in Human Capital and Personal Income Distribution in Journal of Political Economy, Vol.LXVI/4, Aug. 1958, pp.281-302
- SCHULTZ, Theodore, W. - The Emerging Economic Scene and its Relation to High Education in The High School in a New Era, F.S. Chase and H.A. Anderson, (eds.) - Chicago, University Press, 1958. pp.97-109
- " Investment in Man; an Economist's View in The Social Service Review, Vol.33/2, June 1959, pp.109-117
- " The General Argument for Specialization. - Chicago University, Department of Economics (mimeogr.)

- " Economics and Educational Values: Some observations on the Allocation of Resources in Higher Education. - Chicago University, Department of Economics. (mimeogr.)
- Capital Formation by Education in Journal of Political Economy, Vol. 68/6, Dec. 1960. pp.571-583
- " Education and Economic Growth in the Sixtieth Yearbook of the National Society for the Study of Education: Social Forces Influencing American Education, Nelson B. Henry, (Ed.) - Chicago, University Press, 1961 pp. 64-73
- SOLOW, R.M. - Technical Change and the Aggregate Production Function in The Review of Economics and Statistics, Vol. XXXIX/3, Aug. 1957. pp.312-320
- VAIZEY, John. - Some Notes on the Relation Between Economic Growth, Social Change in Investment in Education. Paris, O.E.E.C., 1959.
- WEICBERG, Burton A. - An Expected-Income Measure of Economic Welfare. - St. Louis, Washington University, Economic Department, March 1961. (processed) 30 p.
- YEAR BOOK OF EDUCATION, The - Education and Economics. - King Hall, R. and Lauverys, J.E. (eds.) - London, Evans Bros. 1956 X+595 p.
- YEAR BOOK OF EDUCATION, The. - Higher Education. - King Hall, R. and Lauverys, J.E. (eds.) - London, Evans Bros. 1959. XIII+520 p.
- YEAR BOOK OF EDUCATION, The. - Communication Media and the School. - London, Evans Bros, 1960. XII+592 p.
- ZEMAN, M. - Quantitative Analysis of White-Non-White Income Differentials in the United States. - Doctoral Thesis, Chicago University, 1955
- ZOLOGAS, Xenophon - Economic Development and Technical Education. Athens, Bank of Greece, 1960. 60 p. (Papers and Lectures nº 4)

2. ECONOMIC THEORY

- BENSUSAN-BUTT, D.M. - On Economic Growth; An Essay in Pure Theory. - Oxford, Clarendon Press, 1960. VII+215 p.
- BOULDING, Kenneth Ewart. - Principles of Economic Policy. - Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, Inc., 1958; London, Staple Press, 1959. VIII+440 p.

- BOWEN, Howard Rothmann. - *Toward Social Economy*. - New York, Rinehart, 1948. IX+336 p.
- CLARK, Colin. - *The conditions of Economic Progress*. - London, MacMillan; New-York, St.Martin's Press, 1957. XV+720 p.
- DALTON, H. - *The Inequality of Incomes*. - London, Routledge & K.Paul, 1920.
- DOMAR, Evsey D.-*Essays in the Theory of Economic Growth*. - New-York & London, Oxford University Press, 1957. LX +272 p.
- GALBRAITH, John Kenneth - *The Affluent Society*. - London, Hamish Hamilton, 1958 (XII+228 p.) ; Houghton Mifflin, 1960 368 p.
- " *Economics and the Art. of Controversy*. - (Tacoma, Washington, College of Puget sound, Brow and Haley lectures, 1954). - New-York, Vintage, 1959. 105 p.
- HAGUR, D.C. and STONIER, A.W. - *A textbook of Economic Theory*. - London, Longmans, 1957. 513 p.
- HARROD, R.F. - *International Economics*. - London, J.Nisbet, 1957; Chicago, Ill., University Press, 1958. 186 p.
- HICKS, John Richard - *Social Framework; an Introduction to Economics*. - London, Oxford University Press, 1960./3rd.Ed./ XII + 212 p.
- " *Value and Capital; an Inquiry into Some Fundamental Principles of Economic Theory*. - London, Oxford University Press, 1946./2nd. Ed./ XI + 340 p.
- " *Essays in World Economics*. - London, Oxford University Press, 1959. 274 p.
- HIRSCHMAN, A.O. - *The Strategy of Economic Development*. - New - Haven, Conn., Yale University Press, 1961. XIII + 217 p.
- LAUTERBACK, Albert T. - *Man, Motives and Money; Psychological Frontiers of Economics*. - London, Oxford University Press, 1955. 366 p.
- LITTLE, I.M.D. - *A Critique of Welfare Economics*. - Oxford, Clarendon Press, 1957. /2nd. Ed./ VI + 302 p.
- MARSHALL, A. - *Principles of Economics*. - London, MacMillan, 1926. /8th.Ed./ pp.193-239 and 546-579
- MARX, Karl. - *Capital*. - London, Allen & Unwin, 1946. Vol. 1
- FIGOU, A.C. - *Wealth and Welfare*. - London, MacMillan, 1912
- RICARDO, D. - *Principles of Political Economy and Taxation*. London, Dent, 1955. 300 p.
- ROBBINS, Lionel. - *The Theory of Economic Policy in English Classical Political Economy*. - London, MacMillan, 1952. XII + 217 p.

- ROBBINS, Lionel. *The Economist in the Twentieth Century, and other Lectures in Political Economy*. - London, MacMillan; New-York, St. Martin's Press, 1954. 224 p.
- " *Essay on Nature and Significance of Economic Science*. - London, Dillon's University.
- ROSTOW, Walt Whitman. - *The Process of Economic Growth* - Oxford, Clarendon Press, 1960. XII+372 p.
- SAMUELSON, Paul Anthony. - *Economics; an Introductory analysis* New-York, London, MacGrawHill, 1958. (4th. Ed.) XXI+810 p.
- " *and others*. - *Readings in Economics*. - London, New-York, MacGrawHill, 1958. XI+474 p.
- SCHUMPETER, J.A. - *The Theory of Monopolistic Competition*. - London, Oxford University Press, 1956. (7th. Ed.)
- SMITH, A. - *The Wealth of Nations*. - Edinburg, McCulloch, 1928.
- STURMEY, S.G. - *Income and Economic Welfare*. - London, Longmans, 1959. X+208 p.
- TINBERGEN, Jan. - *The Design of Development*. - Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1958. (For the I.B.R.D. Economic Development Institute) VIII+99 p.
- VAN DER HAAG, E. - *Education as an Industry*. - New-York, Augustus M. Kelly, 1956. VII+163 p.
- VALZEY, John. - *The Economics of Education*. - London, Faber & Faber, 1926. 165 p.
- WEBLEN, Th. - *A Critical Reappraisal*. - Douglas F. Dowd, (Ed.) - Oxford University Press, 1958.
- VINER, Jacob. - *International Trade and Economic Development; Lectures delivered at the National University of Brazil*. - London, Oxford University Press, 1953. 121 p.
- WINTON, J.R. - *Dictionary of Economic Terms*. - London, Dillon's University.
- YOUNGSON, A.J. - *Possibilities of Economic Progress*. - Cambridge, Engl., University Press, 1959. 325 p.

3. EXPENDITURE ON EDUCATION IN RELATION TO BUDGET

- BENSON, Charles. - *The Economics of Public Education*. - Boston, Houghton Mifflin, 1961. XX+580 p.
- HARRIS, Seymour, E. - *Education as a Demand on Resources Competing with other Activities in The Year Book of Education: Education and Economics*. - King Hall, R. and Lauwerys, J.A. (Eds.). - London, Evans Bros, 1956. pp. 213-228

JUDGES, D.V. - The Social Cost of an Educational Programme, in Looking Forward in Education. - London, Faber & Faber, 1955. pp. 13-38

KING HALL, R. and LAUBERYG, J.A., Eds. - The Year Book of Education; Economics and Education. - London, Evans Bros. 1956 4+595 p.
See The YEAR-BOOK OF EDUCATION; Education and Economics, part I above p. 4

MARTIN, A.M. and LEWIS, W.A. - Patterns of Public Revenue and Expenditures, in The Manchester School of Economic and Social Studies, Vol. XXIX/3, Sept. 1956 pp.203-244.

MARTIN, A.M. - The Economic Significance of the Public Sector, in Economic Survey of Europe (Part III) Geneva, United Nations, 1959.

TAWNEY, R.H. - Some thoughts on the Economics of Public Education. - London, Oxford University Press, 1938 (L.T. Hobhouse Memorial Lectures nº 8)

4. EXPENDITURE ON EDUCATION

DEBRAUVAIS, Michel and VALZEY, John. - see I, above, p. 1.

EDDING, Friedrich. - Internationale Tendenzen in der Entwicklung der Ausgaben für Schulen und Hochschulen. (International Trends in Educational Expenditure). Kiel, Institut für Westwirtschaft, 1958. VI + 164 + 156 p.

EDDING, Friedrich and ALBERS, Willi. - Financing General and Vocational Schools in the Federal Republic, 1960-1970. - Frankfurt-a/Main, Arbeitsgemeinschaft-Deutscher-Lehrerverbände, 1960. 159 p. (Summary in English).

HARRIS, Seymour, E. - How shall we pay for Education? Approaches to the Economics of Education. - New-York, London, Harper Bros, 1948. X+214 p.

" Higher Education in the United States: The Economic Problems in The Review of Economics and Statistics, Vol. XLII, Suppl. August 1960, nº 3/2

" More resources for Education. - New-York, Harper Bros, 1960. X+86 p. (The John Dewey Society Lectureship Series nº 3)

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ETUDES ECONOMIQUES (I.N.S.E.E.) Coût et Développement de L'enseignement en France in Etudes Economiques, nº 3, Paris 1958. 90 p.

KENZER, D.M. - Financing Higher Education, 1960-1970. - New-York, McGrawHill, 1959. VI+304 p.

NATIONAL CITIZENS COMMISSION FOR THE PUBLIC SCHOOLS. - Financing Public Education in the Decade Ahead. - New-York, 1959

PEACOCK, A.T. - Income Redistribution and Social Policy; a Set of Studies. - London, Jonathan Cape, 1954. 296 p.

and WISEMAN, J.T. - The Finance of Education, in The Year Book of Education: Education and Economics. - King Hall, R. and Lauwerys, J.A. (Eds.) - London, Evans Bros, 1956. pp.305-320

VAIZEY, John. - Education in a Rich Society in Times Review of Industry, Sept. 1960; London and Cambridge Economic Service, n° 35

" The Costs of Education. - London, Allen & Unwin, 1958. 256 p.

5. CONSUMER'S EXPENDITURE ON EDUCATION

LYDALL, H.F. - British Incomes and Savings. - Oxford, Basil Blackwell, 1955. Monograph n° 5. XIII+274 p.

KLEIN, L.R., STRAW, K.H. and VANDOME, Peter. - Savings and Finances of Upper Income Class, in Bulletin of the Oxford University Institute of Statistics, Vol. 18/4, Nov. 1956. pp.293-319

MILLER, Herman P. - Income of the American People. - New-York, John Wiley, 1955. XVI+206 p.

WATSON, W. - Some Relations Between Education and Income. - New-York, 1940

6. UNDERDEVELOPED AREAS

AGARWALA, A.N. and SINCH, S.P. (Eds.). - The Economics of Underdevelopment. - Bombay, Oxford University Press, 1958. 510 p.

DEBEAUVAIS, Michel. - La planification de l'éducation et ses facteurs économiques et sociaux; Introduction. in Tiers-Monde, Vol.1/1-2, Janv.-Juin 1960 pp. 27-40 (Colloque International de Paris, Dec. 1959)

HAZLEWOOD, Arthur. - The Economics of "Underdeveloped Areas"; an annotated reading list of books, articles and official publications. - London, Oxford University Press, 1959 (2nd.ed.) XII+156 p.

7. TEACHERS' SALARIES, etc.

BENSON, Charles S. - Teachers' Salaries: The Process of Change in forty-three metropolitan school systems. - Cambridge, Mass., H.E.S.D.E.C., 1959. 91 p.

FRIEDMAN, Milton and KUZNETS, Simon. - Income from Independent Professional Practice. - New-York, National Bureau of Economic Research, 1954. XIII+594 p.

TICKTON, S.G. - Teaching Salaries, Then and Now. - New-York, Fund for the Advancement of Education, 1961 (revised ed.) 45p.

STIGLER, G.J. - Employment and Compensation in Education. - New-York, National Bureau of Economic Research, 1950. 77 p. (Occasional Paper nº 33)

8. MANPOWER

BELGIQUE, Ministère de l'Instruction Publique. - Premier livre blanc sur les besoins de l'économie belge en personnel scientifique et technique qualifié. - Bruxelles, 1958.

BLANK, D.M. and STIGLER, G.J. - The Demand and Supply of Scientific Personnel. - New-York, National Bureau of Economic Research, 1959 (2nd.Ed.) XIX+200 p.

BRAND, W. - Requirements and Resources of Scientific and Technical Manpower in Ten Asian Countries.- Paris, Unesco, 1960.

BROWN, J. Douglas and HARBISON, Frederick. - High Talent Manpower for Sciences and Industry. An Appraisal of Policies at Home and Abroad.- Princeton, N.Y., Princeton University, Department of Economics and Sociology, Industrial Relations Section, 1958. (Research Reports, Series nº 95). 97 p.

CANADA, Department of Labour. - Engineering and Scientific Manpower Resources in Canada; Their Earnings, Employment and Education, 1957; in Professional Manpower Bulletin nº 7, June 1959. 51 p.

CARTER, F.C. and Williams, B.R. - Industry and Technical Progress; Factors Governing the Speed of Application of Science, - London, Oxford University Press, 1957. 244 p.

COTGROVE, Stephen F. - Technical Education and Social Change.- London, Allen & Unwin, 1958. VIII+220 p.

DEWITT, Nicholas. - Soviet Professional Manpower; Its Education, Training and Supply. - Washington, National Science Foundation, 1955. XXVIII+400 p.

FORT, R. - Scientific and Engineering Manpower Survey. - London, Political and Economic Planning, Vol. 25/430, Jan. 1959. 27 p.

- FRANCE, Commissariat Général à la Productivité. - Rapport de synthèse sur les besoins techniques et les mesures à prendre pour y faire face. - Paris, 1959.
- GOLDSTEIN, Harold. - The Role of statistics in forecasting the demand and supply of Scientific and Technical Personnel, in Forecasting manpower needs for the age of science, Paris, O.E.E.C., June 1960. p. 41-48
- INTERNATIONAL INSTITUTE OF INTELLECTUAL COOPERATION. - The future of graduates. The Investigation and Forecasting of Opportunities for Intellectual Employment. - Paris, 1940. 170 p.
- JACCARD, Pierre. - Politique de l'emploi et de l'éducation. - Paris, Payot, 1957. 256 p.
- JAPAN, Government of. - Demand and Supply for Graduates from Secondary Schools and Universities. - Tokyo, Ministry of Education, Research Bureau, 1961. 70 p.
- MARTINOLI, G. - Trained Manpower Requirements in the Next 15 Years. The Role of Education in the Italian Economic Development. - Rome, S.V.I.M.E.Z., 1960. (mimeogr.)
- MOORTHY, S.K. and THORE, S.A. - Accelerator Theory in Education, in The Indian Economic Review, Vol. IV/3, Feb. 1959. 57-69 p.
- NATIONAL MANPOWER COUNCIL. - Manpower. - New-York, Columbia University Press, 1957. XXXIII+371 p.
- " A Policy for Scientific and Professional Manpower. - New-York Columbia University Press, 1953. XIX+263 p.
- ORGANIZATION FOR EUROPEAN ECONOMIC COOPERATION (O.E.E.C.). - Forecasting Manpower Needs for the Age of Science. - Paris, O.E.E.C., Office for Scientific and Technical Personnel, 1960. 141 p.
- ORLEANS. - Professional and Scientific Manpower in Communist China. - Washington, National Science Foundation, 1955.
- PAYNE, George Louis - Britain's Scientific and Technological Manpower. - London, Oxford University Press, 1960. 466 p.
- UNITED NATIONS. - Highly Qualified Technical Manpower in Western Europe, in Economic Bulletin for Europe, Vol. 9/1. May 1957. pp.41-63
- UNITED STATES OF AMERICA Joint Committee on Atomic Energy. - Engineering and Scientific Manpower in the United States, Western Europe and Soviet Russia. - Washington, 84th Congress 2nd Session Joint Committee Print, 1956. 85 p.

WILLIAMS, Gertrude. - Training for Skill. - London, The Fabian Society, 1959. (Fabian Research Series nº 205) 28 p.

9. SCHOOL FINANCE

HUNGATE, T.L. - The Finance of Higher Education in the United States, in The Year-Book of Education: Higher Education. - King Hall, R. and Lauwerys, Ch. (Eds.). - London, Evans Bros., 1959. pp.312-328.

10. SOCIAL MOBILITY AND ECONOMICS

CENTRAL ADVISORY COUNCIL FOR EDUCATION, "15-18" (Vol.II | Surveys) London, H.M.S.O., 1960.

COLLIER, G.K. - The Social Purpose of Education. - London, Routledge & K. Paul, 1959. XV+236 p.

La planification en URSS - Stanislas Straunline - Editions Sociales - Paris, 64 - Boulevard Auguste-Blanqui - Paris - 13^e

COTTER, S. de and VAN der ELST, G. - Mobilité Sociale et Enseignement. Bruxelles, La Librairie Encyclopédique, 1934. 164 p. (Cahiers de l'Institut de Sociologie Solvay nº 9)

FLOUD, Jean, HALSEY, H.A. and MARTIN, F.M. - Social Class and Educational Opportunity. - London, Heinemann, 1957. 152 p.

GLASS, D.V. - Social Mobility in Britain. - London, Routledge and K. Paul, 1954. VIII+412 p.

HAVIGHURST, R.J. and NEUGARTEN, B.L. - Society and Education. Boston, Allyn & Bacon, 1958 (3rd,Ed.) XV+465 p.

INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. - Education and Social Mobility in Transactions of the 3rd. World Congress of Sociology, Vol. V, London, I.S.A., 1956. 132 p.

JANNE, M.H. - La démocratisation des études universitaires, in L'Enseignement, Institution sociale, Bruxelles, 1957. pp.61-76.

KELCALL, R.K. - Report on an Inquiry into Applications for Admission to Universities. - London, Association of Universities of the British Commonwealth, 1957. 32 p.

LIPSET, S.M. and BENDIX, R. - Social Mobility in Industrial Societies. - Berkeley, University of California Press, 1959. XXI+309 p.

MERCER, Blaine E. - Education and the Social Order. - New-York, Rinehart, 1957. XV+585 p.

WORLD UNIVERSITY SERVICE. - Economic Factors Affecting Access to the University; Studies on the University Scene in 25 countries. - Genova, 1954.

11. ADMINISTRATION OF PUBLIC EDUCATION. FINANCIAL ASPECTS

HIRSCH, W.Z. - Determinants of Public Education Expenditures, in National Tax Journal, Vol. XIII/1, March 1960. pp.29-40

MANN, F.K. - Finanztheorie und Finanzsociologie (The Theory and Sociology of Finance). - Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1959. 170 p.

12. EXPERIMENTAL EDUCATIONAL TECHNIQUES

LEE, W.R. - Mass Media and the Pupil-Teacher Relationship, in The Year-Book of Education: Communication Media and the School. - London, Evans Bros. 1960. pp.94-104.

13. BIBLIOGRAPHIES

FLOUD, Jean and HALSEY, A.H. - The Sociology of Education: a Trend Report, Current Sociology, Vol. VII/3, 1958. 235 p.

HALL, Margaret, RICHARDSON, G.B., and MARGENT, J.R. - A Bibliography in Economics for the Oxford Honour School of Philosophy, Politics and Economics. - Oxford University Press, 1960. 82 p.

HAZLEWOOD, Arthur - The Economics of Under-Developed Areas. - see VI above, p. 7

INTERNATIONAL CONFERENCE ON PUBLIC EDUCATION (XVIIIth).- Financing of Education. A Comparative Study. Paris and Geneva, 1955. (Publication nº 163) 284 p.

14. ATLAS

Oxford Economic Atlas of the World. - Oxford, Clarendon Press, 1959. 152 p.

Proposed plan for the development of Education in Ethiopia - Report based upon the recommendations of the ECA Unesco sponsored Conference of African States held in Addis Abbed., May 1961 and submitted by the Board of Education Study Committee, August, 1961. - Ministry of Education and fine arts - Addis Abbed. Ethiopia